

ENSAIO SOBRE A *OCIDENTALIZAÇÃO*: O CASO DO NORTE DE MINAS GERAIS

Laurindo Mékie Pereira¹

O título dessa mesa - *Estado e sociedade civil: questões teóricas e históricas* - não poderia ser mais feliz. O primeiro par de termos remete ao inevitável laço que une a instituição estatal e a sociedade civil desde o final do século XIX. A segunda parte apresenta a melhor forma de tratamento do tema: o caráter indissociável entre teoria e história.

A sociedade civil está na moda. É simpático defender o seu papel. Lideranças políticas enfeitam seus discursos apontando-a como parceira imprescindível para qualquer gestor “moderno”. A compressão do tempo e do espaço de que falava David Harvey (2006) há mais de 20 anos atrás se acentuou nos últimos tempos com o maior acesso à internet e facilitou a emergência do que alguns entendem ser uma sociedade civil internacional.

O uso indiscriminado do termo coloca algumas questões: o que é a sociedade civil em questão? Como defini-la? Teria o uso (e abuso) da categoria a desgastado, tornando-a sem valor heurístico? Mais do que uma preocupação com a vida de um conceito, o importante é se perguntar sobre os significados políticos do seu uso. Nesse sentido, o exame de situações históricas concretas fazendo teoria e empiria dialogarem permanece como uma das melhores formas de enfrentar as questões levantadas.

Com base nas diretrizes que o título da mesa anuncia, proponho aqui investigar o processo de *ocidentalização* que teve lugar no norte de Minas Gerais na segunda metade do século XX, elegendo para análise mais detida a formação e atuação da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros e da Sociedade Rural de Montes Claros, duas das principais entidades de classe na região.

Ao apresentar essa proposição, como ensina Thompson, já estabeleço determinadas perguntas que pretendo fazer aos fatos e/ou processos. O conhecimento histórico daí derivado é, para usar terminologia do autor, provisório, incompleto, seletivo e limitado, mas não inverídico (THOMPSON, 1981, p. 49).

O uso da expressão processo também não é gratuita. Com Thompson, compreendo que

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras. (...) na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneiras racionais (THOMPSON, 1981, p. 50).

Quando falamos em *ocidentalização*, pensando em termos gramscianos, somos tentados a pensar a sociedade precedente necessariamente como de tipo oriental, em que seria rarefeita ou mesmo ausente a sociedade civil e o poder político se localizaria

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Doutor em História pela USP. Bolsista FAPEMIG. E-mail: mekiel@hotmail.com

fundamentalmente nos aparelhos coercitivos que configuram a chamada *sociedade política*.

Para Carlos Nelson Coutinho (1989), o Brasil seria um tipo oriental até final do século XIX, ingressando em um processo longo de ocidentalização a partir da República. Sem aprofundar nesse debate e sem contradizer a tese do autor que me parece válida em termos gerais, gostaria de problematizá-la à luz da diversidade de situações que um país de dimensões continentais comporta.

O norte de Minas é, a meu juízo, um exemplo de que essa leitura pode ser melhor qualificada. Antes de tratar do surgimento, da expansão e atuação de órgãos da sociedade civil que indicaria a emergência de uma sociedade de tipo ocidental nesse território na segunda metade do século XX, gostaria de problematizar a sua definição precedente.

O vigor do clientelismo nas relações políticas no norte de Minas é confirmado por diversos estudos (PORTO, 2002; PEREIRA, 2002; FERREIRA, 2002; OLIVEIRA, 2000). O coronelismo, termo mais usado para explicar essas relações na Primeira República, teria sido particularmente expressivo nessa região.

Na acepção de Victor Nunes Leal (1978), a relação coronelista seria a expressão de um momento transitório em que o Estado ainda não é forte o suficiente para a manutenção do controle social e o poder privado, embora decadente, ainda preserva uma força residual. Como desdobramento dessa tese, é possível afirmar que à medida que o Estado se fortalecesse e estivesse materialmente presente nas diversas localidades, o coronelismo perderia a sua razão de ser. Daí porque o autor e seus adeptos como José Murilo de Carvalho (1999) advogam a transição dos anos 1930 como o marco da crise do coronelismo sistêmico.

Uma das expressões dessa transformação seria, segundo Carvalho (1999), a perda de poder das lideranças locais, os famigerados coronéis, especificamente a sua incapacidade de controlar os votos e, como conseqüência, a sua dependência do Estado.

Esse Estado a que se referem Leal (1978) e Carvalho (1999) corresponde, seguramente, à Sociedade Política de Gramsci (1976)). Aqui, vale uma digressão. Se o Estado brasileiro ainda não é suficientemente forte e presente no início do século XX como querem os estudiosos do coronelismo que citamos, estaríamos de fato frente a uma sociedade oriental, em que “o Estado era tudo” (GRAMSCI, 1976, p. 75)?

A pergunta se torna mais incisiva se recortamos a questão para o plano regional. A fragilidade do poder estatal e a proeminência do poder privado parecem desqualificar a tese de uma sociedade de tipo oriental nesses territórios.

Até mesmo o fortalecimento do Estado em âmbito nacional no pós 1930 deve ser visto com cautela uma vez que, no caso específico do norte de Minas, aquele processo não coincide com um nítido enfraquecimento do poder privado local.

Postulo, então, que ocorreu nessa região uma formação mais ou menos simultânea da sociedade política e da sociedade civil. Mas vamos avançando devagar. Retomarei esse ponto mais adiante.

O uso dessas categorias requer cuidados. Sem adaptar a história a eles, pretendo, seguindo na trilha de Thompson, fazê-las dialogarem com as evidências e verificar em

que medida são operacionais ou se são “desconfirmadas por evidências contrárias” (THOMPSON, 1981, p. 54).

No dia 21 de junho de 1944 um grupo 31 pecuaristas se reuniram, “por convocação feita pelo Prefeito Municipal”, no salão nobre do Clube de Montes Claros para fundar a Sociedade Agropecuária de Montes Claros.²

Além de pecuaristas, os fundadores eram também médicos, comerciantes, advogados e lideranças políticas como João Procópio de Carvalho, prefeito de Bocaiúva, cidade vizinha e que foi um dos que discursaram na reunião. (SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS, 2000, p. 20,21). É significativo e até curioso que a reunião tenha sido “convocada” pelo então prefeito de Montes Claros Alpheu Gonçalves de Quadros. O local da reunião é também emblemático. O Clube Montes Claros era o palco por excelência dos eventos sociais e políticos do município (PEREIRA, 2002).

Naquela conjuntura, Montes Claros, principal centro articulador da economia e política regionais, tinha mais de 70% de sua população vivendo na zona rural e/ou suburbana (Censo Demográfico de 1940). A pecuária era de longe a principal atividade econômica e a agricultura de subsistência o segmento que mais empregava mão-de-obra³. Na política e na economia, como definiria mais tarde a imprensa local, vivia-se a dinastia do boi (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979).

Georgino Júnior, estudioso da entidade, vê o seu surgimento à luz do contexto de expansão dos sindicatos de trabalhadores e patronais, dentro das estratégias corporativistas do Estado Novo (SOUZA JUNIOR, 1996).

O problema principal dos pecuaristas naquele momento e, possivelmente, a motivação mais imediata da sua organização, era a comercialização do gado. Desde a chegada da ferrovia em 1926 esse comércio tivera um incremento significativo. No entanto, as reclamações quanto ao funcionamento dos trens era freqüente, gerando, às vezes, conflitos entre os diretores da Estrada de Ferro e lideranças e grandes proprietários locais (PEREIRA, 2002)

Segundo o discurso oficial, os objetivos da entidade eram prestar “serviços aos seus associados, colaborando com os poderes públicos no aperfeiçoamento do espírito associativo, entre os que exercem atividades rurais, articulando os pecuaristas a fim de promover a defesa de seus direitos e interesses” (SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS, 2000, p. 20).

Três aspectos me parecem particularmente relevantes nesse processo de fundação da entidade. Em primeiro lugar, nota-se o caráter corporativo das demandas e objetivos do órgão. Em segundo, destaca-se a polivalência dos signatários originais da Sociedade Rural: além de grandes proprietários, eles eram também engenheiros,

² Inicialmente denominada Sociedade Agropecuária de Montes Claros. Em 1951 passou a se chamar Associação Rural de Montes Claros e em 1975 ganhou o nome atual: Sociedade Rural de Montes Claros. <http://www.sociedaderural.com.br/novo/index.php/sociedaderural/historico>. Acesso: 26/05/2012

³ As atividades agropecuárias empregavam 80,80% da população economicamente ativa em 1940, 64,58% em 1950 e 66,80 % em 1960. Censo Demográfico de 1940. Série Regional. Parte III- Minas Gerais. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1950. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959 e Censo Demográfico de 1960 - Minas Gerais - V.I. Tomo IV. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

médicos, advogados e comerciantes. Nesse aspecto, repetia-se no norte de Minas algo já registrado por Otávio Soares Dulci (1999) para o Estado de Minas Gerais como um todo: o caráter polivalente de suas elites, colocando em xeque abordagens dualistas que opõem ruralistas a industriais e comerciantes urbanos. Por fim, e avançando na discussão do segundo aspecto, destacam-se as relações orgânicas entre o mundo comercial e a o mundo político-institucional. O papel proeminente dos prefeitos na reunião não dá lugar a dúvidas. Sociedade civil e sociedade política formam um todo no caso presente. Intelectuais como Alpheu Gonçalves de Quadros e João Procópio de Carvalho atuam para cimentar a unidade orgânica entre as duas dimensões.

Em 31 de dezembro de 1949, sob a liderança do médico, fazendeiro, industrial e professor Plínio Ribeiro dos Santos, comerciantes e industriais fundaram a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros – ACI. Entre os sócios fundadores estão os vereadores Antonio Oliveira Fraga e Hildeberto Alves de Freitas, o famigerado Coronel Deba. Destacam-se também nessa lista inicial os nomes de grandes fazendeiros e líderes do segmento rural como Antonio Lafeté Rebello e Antonio Augusto Teixeira. A Associação parece ter sido o assunto na cidade no início de 1950, atraindo a si um diversificado numero de pessoas. Na terceira reunião da entidade, em 20 de janeiro de 1950, dezenas de novos membros são registrados. Entre eles advogados, escritores, médicos, jornalista, novos fazendeiros e outras lideranças políticas como o vice-prefeito Atos Braga e os vereadores Pedro Santos e Domingos Lopes da Silva, este conhecido como o coronel Domingos Lopes (DAVID, 2003, p. 33-36)

Entre as primeiras atividades da ACI constam a mobilização pela reforma de uma ponte que “está causando sérios prejuízos às classes produtoras locais” (DAVID, 2003, p. 35) e a gestões junto à direção da Estrada de Ferro Central do Brasil para o “imediato desembaraço de oitocentos suínos pertencentes a sócios da Entidade” que estavam retidos em Sete Lagoas por causa de uma greve dos ferroviários.

Para além dessas ações pontuais, a Associação atuou para organizar e dar expressão política aos interesses dos seus filiados. Em 1953, a Associação Comercial de Minas⁴ promoveu, em Montes Claros, a III Reunião Regional das Classes Produtoras, contando com a colaboração direta da diretoria da ACI. Além de representantes estaduais da Associação, pecuaristas, comerciantes, lideranças empresariais, eclesiásticas e políticas regionais participaram ativamente da reunião. Entre elas destacamos: Antônio Loreiro Ramos e Ubaldino Assis (comerciantes e diretores da ACI), José Esteves Rodrigues (Diretor da EFCB, Deputado Estadual em 1946–1950, Secretário de Viação e Obras Públicas na gestão JK–Clóvis Salgado em 1952–1955, Deputado Federal em 1956–1959), Plínio Ribeiro (comerciante, diretor da ACI e liderança política), Bispo Luis Sartori, João Antônio Pimenta de Carvalho (Presidente da Sociedade Rural) e Antônio Pimenta (Deputado Estadual) (GAZETA DO NORTE, 27 set. 1953, p.1 e 4).

⁴ A Associação Comercial de Minas promoveu a I Reunião das Associações Comerciais do Sul de Minas, em Varginha, em maio de 1952; em março de 1953, I Mesa-Redonda das Classes Produtoras do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares; em setembro do mesmo ano, a III Reunião Regional das Classes Produtoras, em Montes Claros; em outubro, a IV Reunião Regional das Classes Produtoras, em Poços de Caldas e, por fim, a V Reunião Regional das Classes Produtoras, em Uberaba, em março de 1954. DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, p. 147.

O evento produziu 18 “recomendações” que expressavam as demandas dos grandes comerciantes, industriais e pecuaristas. Entre elas destacam-se

- 1ª) Extinção das Barreiras e Correntes Fiscais (...)
- 3ª) Instalação em Montes Claros de um Matodouro Frigorífico
- 5ª) Organização de uma sociedade mista para exploração do serviço de força e luz em Montes Claros (...)
- 10ª) Instalação nas sedes dos municípios da região Norte-Mineira de Agências da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) para financiamento aos pequenos agricultores (...)
- 13ª) Instalação pelo SENAC em Montes Claros de curso de aperfeiçoamento de contadores, guarda-livros e empregados de escritório
- 14ª) Que os institutos de previdência façam aplicar as rendas auferidas na região Norte-Mineira na própria região
- 15ª) Que o SENAI instale em Montes Claros uma escola de aprendizagem industrial
- 16ª) Que seja solicitado do Congresso nova modificação da Lei de Imposto de Renda, aumentando o limite de isenção de rendimentos das pessoas físicas e das deduções para esposas e filhos
- 17ª) Que consiga dos órgãos superiores da fiscalização federal e estadual a adoção do critério da dupla visita, sendo a primeira para fins de orientação e esclarecimento ao contribuinte para maior harmonia entre fisco e contribuintes

A constituição do evento e suas demandas revelam uma estreita articulação entre as frações regional e estadual da burguesia mineira, mostram a capacidade de mobilização da ACI e indica as conexões entre proprietários rurais, comerciantes e lideranças políticas, bem como a harmonia entre a ACI–Sociedade Rural de Montes Claros.

Entre as reivindicações propriamente ditas, destacamos a ênfase na busca por crédito, tratamento fiscal privilegiado, treinamento de mão-de-obra e apoio para a montagem de um frigorífico, diretrizes centrais na estratégia regionalista em construção: o desenvolvimento da região dependia da isenção de impostos/concessão de incentivos fiscais/concessão de crédito facilitado aos investidores, da melhor qualificação dos trabalhadores e do estímulo ao potencial econômico da região, caso do frigorífico que possibilitaria o abate do gado e, portanto, um ganho maior para o setor da bovinocultura de corte (PEREIRA, 2007).

Assim como se verificou no caso da Sociedade Rural, o caráter polivalente dos grupos dirigentes norte-mineiros é facilmente perceptível na organização da ACI. AS duas entidades se assemelham, também, pela interconexão entre lideranças empresarias – comerciais e industriais – agrárias e político-partidárias.

Por outro lado, a ACI parece, desde o início, engajada em projetos “comunitários”, para usar sua própria expressão, ao passo que a entidade dos ruralistas nasceu mais focada nas ações corporativas. Essa diferença no ponto de partida, todavia, seria desfeita no decorrer dos anos, como se verá mais adiante.

O momento crucial do processo de *ocidentalização* no norte de Minas foi a passagem do anos 1950 para os anos 1960, quando o desenvolvimentismo era hegemônico no país (BIELSCHOWSKY, 1996).

Pressionado pelo acirramento dos conflitos sociais no Nordeste, pelos efeitos da seca e pelas derrotas eleitorais de 1958, pela mobilização de empresários nordestinos e paulistas, o governo JK apresenta o projeto SUDENE em 1959, a mais organizada intervenção do governo federal na região. O projeto foi amplamente discutido no Congresso Nacional. A emenda número um incluía na sua área de atuação o norte de Minas.

Os debates legislativos expressavam com razoável nitidez os interesses dos diversos grupos sociais: setores mais conservadores do Nordeste se opunham à SUDENE (FURTADO, 1997); deputados nacionalistas colocavam restrições ao capital estrangeiro no aproveitamento de incentivos fiscais (CARLI, 1971, p. 56–58, 65–66); a bancada nordestina se opunha às pretensões dos norte-mineiros sob o argumento de que essa região integrava um “Estado rico”.

As relações entre as lideranças regionais e a cúpula da política mineira foram decisivas na inclusão da região na área de atuação da Superintendência. O jornalista José Carlos de Lima, estreitamente ligado à elite política regional, cunhado do fazendeiro e presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, João Alencar Athayde, foi figura central nas articulações que levaram à aprovação da emenda do deputado José Bonifácio de Andrada (um deputado sem base eleitoral no Norte de Minas), beneficiando a região. Evelina Antunes de Oliveira relata o andamento das negociações:

Negocia-se com os deputados nordestinos a inclusão por etapas: inicialmente a região só participaria do rateio de verbas, sem direito aos incentivos fiscais, o que daria tempo ao Nordeste para se adiantar na captação dos incentivos e investir na infra-estrutura industrial. Mas as negociações favoráveis à SUDENE se aceleram e entre a aprovação da lei de criação do órgão e do primeiro Plano Diretor (também submetido ao Congresso), passam-se apenas três meses e, nos termos da segunda mensagem do Presidente da República, o norte de Minas já consta como membro do Conselho Deliberativo da SUDENE (OLIVEIRA, 2000, p. 81).

O desempenho de José Carlos de Lima foi recompensado com a sua nomeação como representante de Minas no Conselho Deliberativo da SUDENE (OLIVEIRA, 2000, p. 80-81).

As razões pelas quais a emenda número 1 foi aprovada é objeto de discussão na historiografia regional. O que parece consenso é a forte presença da Sociedade Rural e da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros nesse processo. A atuação dessas agências é limitada pela conjuntura nacional. É fato que os grupos dirigentes norte-mineiros fizeram escolhas que moldariam fortemente a história subsequente, mas

as fizeram dentro de um pequeno campo de possibilidades, condicionado pelo modelo de desenvolvimento então vigente em âmbito nacional. Nesses termos, pode-se dizer que as transformações históricas em curso no país (e no plano internacional) determinaram, no sentido de colocar limites (THOMPSON, 1918, p. 125, 176-177) os caminhos da história regional.

Em síntese, as duas principais entidades de classe da região atuaram efetivamente na “conquista da SUDENE”. Por sinal, essa ação é reclamada como parte dos grandes feitos nos documentos oficiais desses órgãos (PEREIRA, 2007).

Para a ACI (FERRREIRA, 1975) e para grande parte dos pesquisadores da região, a história do norte de Minas se divide em antes e depois da SUDENE.

A propósito, como definir a SUDENE, um órgão do Estado, com amplos poderes, prestando contas diretamente ao gabinete do Presidente como exigiu o seu fundador Celso Furtado (1997)? Seria ela apenas um braço a mais do poder executivo, precisamente aquele que Gramsci dizia estar mais distante das lutas pela hegemonia (GRAMSCI, 1976, p. 96)? Ou naquela conjuntura pré-64, a SUDENE seria um exemplo das arenas de conflito em que se materializa o Estado (Poulantzas, 1981)?

Escrevendo em 1963, Manoel Correia de Andrade (1980)⁵, falava da batalha travada entre o projeto SUDENE e os "usineiros", a quem atribuía o fracasso das propostas mais avançadas. A própria conduta de Celso Furtado seria, na visão de Andrade, ilustrativa das disputas. Segundo ele, Furtado se equilibrava em um jogo tenso: o economista-intelectual defendia abertamente uma enérgica reforma agrária⁶ e o Superintendente hesitava:

O economista (...) torna-se, assim, bem mais radical quando compromete apenas o seu nome de que o cauteloso planejador, ao estruturar, peado por uma legislação anacrônica e temeroso da orientação de um Congresso conservador, o plano para o desenvolvimento econômico do Nordeste (ANDRADE, 1980, p. 242).

Albert Hirschman (1965)⁷, em texto de 1963, diz que a SUDENE era um empreendimento de "idealistas" e "nacionalistas" e que sua criação desencadeou uma ampla divisão política. De uma lado, formou-se uma coalizão pró-SUDENE que ia desde os estudantes de Recife à grande imprensa do Centro-Sul; do outro, estava a velha elite nordestina, ancorada no latifúndio e no controle de aparelhos do Estado, como o DNOCS.

Francisco de Oliveira faz uma severa crítica à atuação da SUDENE, caracterizando-a como “(...) uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coação do Estado, do capitalismo do Centro-Sul (...)” (OLIVEIRA, 1977, p. 116). No entanto, antes de 1964, Oliveira foi auxiliar direto de Celso Furtado nas lides da SUDENE. Como conciliar as ações do cidadão e a tese do sociólogo? Chico explica: a Superintendência foi um “embate de raras

⁵ A primeira edição é de 1963.

⁶ Nesse ponto Andrade se apóia na obra FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

⁷ A primeira edição é de 1963.

proporções na história nacional”. Sua história teria sido outra coisa caso as "forças populares" tivessem vencido. Daí porque a "SUDENE de hoje” não é a de ontem (OLIVEIRA, 1977, p. 18).

Se a caracterização da SUDENE pré-64 é um objeto para debates, parece não haver dúvidas quanto ao caráter nitidamente coercitivo tomado pelo órgão após o golpe civil-militar. Doravante, a Superintendência era mesmo um braço da Sociedade Política. Não há mais conflitos sociais no seu interior. Saem os conflitos, fica só a ARENA.

A ação efetiva da SUDENE no norte de Minas se dá precisamente a partir de 1965, no contexto do regime autoritário. Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, a Sociedade Rural e ACI participaram ativamente do processo de modernização econômica da região. Seus documentos oficiais avaliam o “modelo SUDENE de desenvolvimento” (PEREIRA, 2007) como amplamente exitoso.

Em 2005, quando a o governo federal discutia a recriação da Superintendência, o então presidente da ACI, Jamil Curi, saudava a nova SUDENE como a esperança da “emancipação econômica” do norte de Minas. Sua visão acerca do papel do órgão nos tempos precedentes era clara: “O que somos, direta ou indiretamente devemos a esta mágica estratégica da SUDENE”, esse “binômio de transfusão: incentivos fiscais e financeiros” (CURI, 2005, p. 14)

A importância da SUDENE, ACI e Sociedade Rural no cenário político e econômico de Montes Claros e região é evidenciada em uma pesquisa realizada em meados da década de 1980 junto às lideranças empresariais e políticas. Os entrevistados eram questionados sobre as instituições de maior relevância na cidade. Em primeiro lugar, com 85,7% de citações estava a SUDENE, seguida da ACI com 55,5%, Prefeitura Municipal com 44,4% ,Sindicato dos Produtores Rurais com 38,9% e Sociedade Rural com 38,9% (OLIVEIRA, 2000, p. 195).

Além do explícito destaque da SUDENE, é instrutivo notar que a ACI e as duas entidades rurais juntas aparecem como mais importante que a Prefeitura, revelando a centralidade dessas entidades da sociedade civil na percepção das lideranças.

A modernização econômica urbana e rural trouxe no seu bojo um conjunto de novas instituições, a exemplo de novos órgãos de imprensa, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, escolas públicas e privadas e associações diversas.

Em outros termos, a atuação corporativa da ACI e Sociedade Rural, convergindo com uma conjuntura nacional desenvolvimentista, cria as condições para a expansão e modernização subsequente e, no fluxo delas, da sociedade civil. É nesse mundo conflituoso que os grupos dirigentes regionais passou a atuar, também, nas lutas pela hegemonia.

Para além da defesa dos interesses imediatos dos seus associados, as duas entidades atuaram em frentes diversas: promovendo feiras e exposições, criando escolas e faculdade, construindo hotel, financiando campanhas filantrópicas, estabelecendo parcerias diversas com os poderes públicos (PEREIRA, 2007).

É significativo que tenha sido a ação de instituições da sociedade civil o que produziu a expansão da sociedade política e esta, por sua vez, ensejou a diversificação das atividades produtivas, estimulou a urbanização e criou as condições para o

surgimento de diversas novas instituições da sociedade civil. Aqui, definitivamente, não cabe esquematismos: “na realidade fatural, escreveu Gramsci, sociedade civil e Estado se identificam” (GRAMSCI, 1976, p. 32), eles integram uma unidade cuja separação utilizamos apenas para efeitos analíticos.

Se, para fins metódicos e expositivos separamos sociedade civil e sociedade política, para o caso em questão, encontramos a primeira atuando para a expansão da segunda e sendo impulsionada por esta.

Como é sabido, as categorias oriente e ocidente expressam, em Gramsci, processos diacrônicos, aspecto coerente com o enraizamento histórico das construções teóricas do autor. É também no exame da história, como procurei discutir aqui, que notamos a unidade orgânica dessas “esferas” e, também, o caráter simultâneo do seu surgimento, fortalecimento e expansão. No limite, há momentos em que, no caso em examinado, a sociedade civil até parece preceder a política. Mas esta última frase é apenas uma provocação para o debate.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARLI, Gileno. **Política de desenvolvimento do Nordeste**. Recife: UFPE, 1971, p. 56–58, 65–66.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados, escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CURI, Jamil Habib. **Revista Tempo**. Montes Claros, 2005.

DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.

FERREIRA, Marcelo Valmor. **Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Celso Furtado**: obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v.

Gazeta do Norte, Montes Claros, 27 set. 1953

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HIRSCHAMN, Albert. **Política econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.

IBGE. **Censo Demográfico de 1940**. Série Regional. Parte III- Minas Gerais. Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1950.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960** - Minas Gerais - V.I. Tomo IV. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MONTES CLARSO EM FOCO. Montes Claros, ago 1979, n.36.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política**: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Tese (Doutorado em História), FFLCH, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2007.

PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

SOCIEDADE RURAL DE MONTES CLAROS. **Sociedade Rural**. Montes Claros, 2000.

SOUZA JÚNIOR, Georgino Jorge de. **Sociedade Rural de Montes Claros: conseqüências do processo de centralização administrativa nas estruturas do poder local**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1996.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

www.sociedaderural.com.br/novo/index.php/sociedaderural/historico